



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS/MA

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS/2018

CURSO DE DIREITO

NOME DO CANDIDATO(A): _____

Nº DA INSCRIÇÃO: _____ Nº DA IDENTIDADE: _____

OBSERVAÇÕES:

1. Esta prova consta de 40 (quarenta) questões objetivas, 01(uma) folha para rascunho e 01(uma) folha definitiva para a prova discursiva. Confira antes de iniciá-la.
2. Ao candidato será permitido levar o caderno de provas somente depois de decorridas 04 (quatro) horas do início da prova.
3. Será excluído da seleção o candidato que: ausentar-se da sala sem acompanhamento de fiscal, for surpreendido em comunicação com outras pessoas, perturbar a ordem dos trabalhos, lançar mão de meios ilícitos para realização da prova, fizer uso de aparelho celular ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos.
4. Não é permitido consulta a qualquer tipo de códigos e legislações.
5. A folha de respostas da prova objetiva e a folha definitiva para a prova discursiva são os documentos únicos e finais para a correção de suas provas. Não amasse nem rasure. Em nenhuma hipótese haverá substituição destas folhas de respostas se você preenchê-la incorretamente.
6. Tempo de duração da prova: 05:00 h
7. A divulgação do gabarito da prova está prevista para o dia 25 de junho de 2018, no mural do edifício-sede da Subseção Judiciária de Caxias e na internet (<http://portal.trf1.jus.br/sjma/concursos/estagios/estagios.htm>).

1) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e é pautada por alguns fundamentos elencados na Constituição Federal, com exceção do(a):

- a) Soberania.
- b) Cidadania.
- c) Pluralismo político.
- d) Defesa da paz.
- e) A dignidade da pessoa humana.

2) Sobre os direitos e garantias fundamentais, nos termos da Constituição Federal, marque a alternativa incorreta:

- a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- b) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.

3) Legislar sobre trânsito e transportes é de:

- a) Competência privativa da União.
- b) Competência comum da União e Estados.
- c) Competência comum da União, Estados e Municípios.
- d) Competência concorrente da União e Estados.
- e) Competência concorrente da União, Estados e Municípios.

4) O Conselho Nacional de Justiça:

- a) Compõe-se de quinze membros, devendo possuir mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- b) Compõe-se de quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

c) Compõe-se de quinze membros, devendo possuir mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, não admitida recondução.

d) Compõe-se de quinze membros com mandato de dois anos, não admitida recondução.

e) Compõe-se de onze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

5) A Constituição Federal estabelece os casos que compete aos juízes federais processar e julgar. Conforme disciplinamento constitucional, marque a alternativa que NÃO representa competência dos juízes federais:

a) Causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

b) Causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.

c) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional

d) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

e) as revisões criminais e as ações rescisórias dos seus julgados.

6) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, com exceção do(a):

a) Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

b) Governador de Estado ou do Distrito Federal.

c) Presidente do Senado.

d) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

e) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

7) Sobre o controle de constitucionalidade, marque a alternativa incorreta:

a) O controle incidental de constitucionalidade (por via de exceção ou de defesa), caracteriza-se por ser um controle subjetivo, isso no aspecto de que a finalidade precípua de seu exercício é o direito ou interesse subjetivo da parte.

b) Em grau de recurso, a competência do STJ para exercer o controle difuso de constitucionalidade é limitada, uma vez que somente é possível quando a questão constitucional a ser resolvida no recurso for diferente daquela resolvida na instância ordinária recorrida, sob pena de usurpação de competência do STF em face do recurso extraordinário.

c) Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

d) Em suma, entende-se por inconstitucionalidade progressiva aquela situação onde a norma pode ser considerada constitucional, a depender do contexto fático/temporal, podendo vir a ser qualificada posteriormente como inconstitucional.

e) A revogação da norma questionada não ocasiona a superveniente perda de objeto de ação direta de inconstitucionalidade, considerando a remanescência de efeitos concretos pretéritos à revogação do ato normativo.

8) No caso de acidente automobilístico em rodovia federal, em razão de animal na pista, havendo danos para usuários e não usuários, a responsabilidade da empresa concessionária que mantém a rodovia é:

a) Subjetiva, considerando a natureza privada da empresa concessionária.

b) Objetiva, tanto em relação a usuários da via como não usuários.

c) Subjetiva, considerando a natureza privada da empresa concessionária, mas tão somente em relação aos usuários da via.

d) Objetiva em relação aos usuários da via, sendo subjetiva quanto aos não usuários.

e) Subjetiva, mas sob a modalidade de culpa presumida, aplicando-se tal modalidade de responsabilidade tanto aos usuários como não usuários da via.

9) Um parecer emitido no âmbito da Administração Pública é exemplo de:

a) Ato constitutivo.

b) Ato enunciativo.

c) Ato declaratório.

d) Ato auto-executório.

e) Ato discricionário.

10) Sobre o regime jurídico dos servidores públicos, considerando a jurisprudência superior sobre o tema, marque a alternativa correta:

a) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

b) O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

c) A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.

d) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

e) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

11) Quanto ao concurso público, bem assim sobre a possibilidade de o Poder Judiciário rever critérios estabelecidos pela comissão examinadora, marque a alternativa correta, na esteira de entendimento jurisprudencial do STJ:

a) O Poder Judiciário não pode substituir a banca examinadora do certame e tampouco se imiscuir nos critérios de atribuição de notas e de correção de provas, visto que sua atuação se restringe ao controle jurisdicional da legalidade do concurso público e da observância do princípio da vinculação ao edital.

b) O Poder Judiciário, em casos excepcionais, pode substituir a banca examinadora do certame e estabelecer novos critérios de atribuição de notas e de correção de provas, considerando a legalidade e o princípio da vinculação ao edital.

c) Tem-se entendido pela possibilidade de reexame pelo Poder Judiciário de questões de provas objetivas em concursos públicos, mas não nas provas subjetivas ou orais.

d) Tem-se entendido pela possibilidade de reexame pelo Poder Judiciário de questões de provas subjetivas em concursos públicos, mas não nas provas objetivas ou orais.

e) Tem-se entendido pela possibilidade de reexame pelo Poder Judiciário de questões de provas objetivas ou subjetivas concursos públicos, mas não nas provas orais.

12) Quanto à improbidade administrativa, considerando linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, mostra-se correta a alternativa:

a) Considerando que a lei de improbidade administrativa visa coibir atos que importe ferimento aos princípios da administração, enriquecimento ilícito e dano ao Erário, prevalece o entendimento de que a responsabilidade no caso é objetiva.

b) Considerando que a lei de improbidade administrativa visa responsabilizar o administrador que pratica ilegalidade, bem assim possíveis beneficiários do ato, a responsabilidade é baseada no elemento subjetivo, seja dolo ou culpa, isso para todas as espécies de improbidade.

c) Admite-se a responsabilidade objetiva nos casos de ato de improbidade administrativa que ocasionem ferimento aos princípios administrativos, sendo que o dolo deve ser demonstrado nos demais casos (enriquecimento ilícito e dano ao Erário).

d) É inadmissível a responsabilidade objetiva na aplicação da lei de improbidade administrativa, exigindo-se a presença do dolo nos casos de enriquecimento ilícito e atentado aos princípios administrativos, e ao menos culpa nos casos de atos que configurem dano ao Erário.

e) Nos casos de atos que redundem em enriquecimento ilícito, é caso de responsabilização por improbidade administrativa com base na responsabilidade objetiva. Entretanto, nas

hipóteses de atos configuradores de atentado aos princípios administrativos e de dano ao erário, exige-se ao menos culpa para a responsabilização por improbidade.

13) Considerando o que dispõe a lei, marque a alternativa correta:

- a) O pseudônimo, apesar de adotado para atividades lícitas, não goza da proteção que se dá ao nome.
- b) É válida, com objetivo altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, sendo vedada disposição para fins científicos.
- c) Os direitos da personalidade são em regra irrenunciáveis e transmissíveis.
- d) Salvo por exigência médica ou questões religiosas, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contraria os bons costumes.
- e) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

14) JOÃO ocupou, sem autorização, bem imóvel de propriedade da UNIÃO. Chegou a realizar benfeitorias no local. Procedida a retirada de JOÃO do imóvel, o particular ajuíza ação pretendendo indenização pela benfeitoria. Nesse contexto, observando o entendimento jurisprudencial do STJ, marque a alternativa correta:

- a) A indevida ocupação de bem público descaracteriza a posse, qualificando a mera detenção, de natureza precária, que inviabiliza a pretendida indenização por benfeitoria, ainda mais quando não guarde compatibilidade com a destinação do bem.
- b) Resta caracterizada a posse, mesmo que o bem seja um imóvel público federal, razão pela qual seria possível indenização por benfeitoria necessária ou útil, mesmo que não guarde compatibilidade com a destinação do bem.
- c) A indevida ocupação de bem público descaracteriza a posse, qualificando a mera detenção, de natureza precária, mas que não desqualifica pretensão por indenização decorrente de benfeitoria, seja necessária ou útil, mesmo que não guarde compatibilidade com a destinação do bem.
- d) Resta caracterizada a posse, mesmo que o bem seja um imóvel público federal, mas a indenização fica restrita à benfeitoria necessária, mesmo que não guarde compatibilidade com a destinação do bem.
- e) A indevida ocupação de bem público descaracteriza a posse, qualificando a mera detenção, de natureza precária, mas que não desqualifica pretensão por indenização decorrente de benfeitoria, apenas necessária, mesmo que não guarde compatibilidade com a destinação do bem.

15) Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento unicamente do Ministério Público, nomear-lhe-á administrador provisório.

b) As associações podem desenvolver atividade econômica, desde que não haja finalidade lucrativa.

c) Não há possibilidade de aplicação dos direitos de personalidade às pessoas jurídicas.

d) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade (não no caso de confusão patrimonial), pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

e) O prazo de decadência para se anular as decisões tomadas em pessoa jurídica de administração coletiva é de 5 (cinco) anos, isso quando ocorrer violação da lei ou estatuto, ou forem evitadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

16) Sobre a usucapião, marque a alternativa correta:

a) A ausência de citação dos confinantes e respectivos cônjuges na ação de usucapião ensejará nulidade absoluta, sendo presumido o prejuízo.

b) Não há perda de objeto da ação de usucapião proposta em juízo cível na hipótese em que juízo criminal decreta a perda do imóvel usucapiendo em razão de ter sido adquirido com proventos de crime.

c) O imóvel da Caixa Econômica Federal vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação, porque afetado à prestação de serviço público, deve ser tratado como bem público, sendo, pois, insuscetível de usucapião.

d) obsta o pedido declaratório de **usucapião** especial urbana o fato de a área do imóvel ser inferior à correspondente ao "módulo urbano".

e) A decisão que reconhece a aquisição da propriedade de bem imóvel por usucapião não prevalece sobre a hipoteca judicial que anteriormente tenha gravado o referido bem.

17) Sobre a responsabilidade civil dos pais e filhos menores por atos destes, marque a alternativa correta:

a) A responsabilidade civil do incapaz pela reparação dos danos é solidária e mitigada.

b) Há litisconsórcio passivo necessário entre pais e filho no caso de ação movida em razão de ato danoso praticado por este.

c) A responsabilidade dos pais por atos praticados por filho em seu poder é subjetiva, havendo presunção de culpa daqueles.

d) A responsabilidade dos pais por atos praticados por filho em seu poder é subjetiva, não havendo, entretanto, presunção de culpa daqueles.

e) A responsabilidade dos pais por atos praticados por filho em seu poder é objetiva, baseada na teoria do risco, devendo-se apenas comprovar a culpa na prática do ato ilícito daquele pelo qual são os pais responsáveis legalmente.

18) Considerando o que disposto no Código de Processo Civil, marque a alternativa correta:

- a) Em regra, não será proferida decisão contra uma das partes sem que seja ela previamente ouvida, sendo a tutela provisória de urgência uma das exceções a tal regra.
- b) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quando se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- c) Os juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- d) É admissível a ação meramente declaratória, desde que ainda não tenha ocorrido a violação do direito.
- e) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo relevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, devendo tais fatos serem comunicados ao juízo.

19) Sobre competência no Processo Civil, tendo como referência o que disposto na lei, marque a opção incorreta:

- a) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- b) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.
- c) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente.
- d) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- e) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.

20) Sobre a incompetência no Processo civil, tendo como referência o que disposto na lei, marque a opção incorreta:

- a) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação
- b) O juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito, mesmo no caso de a atribuir a outro juízo.
- c) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- d) Após manifestação da parte contrária, o juiz decidirá imediatamente a alegação de incompetência.

e) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

21) Marque a alternativa incorreta:

a) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

b) Durante o período de suspensão do processo, a tutela provisória não conservará sua eficácia.

c) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

d) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

e) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

22) Marque a alternativa incorreta:

a) Uma das causas de suspensão do processo é pela convenção das partes.

b) Se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal.

c) A arguição de suspeição não suspende o processo.

d) A admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas é outra causa de suspensão do processo.

e) Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.

23) Quanto ao local do crime, o Código Penal adotou a teoria:

a) Da atividade.

b) Do resultado.

c) Mista ou da Ubiquidade.

d) Da atividade mitigada.

e) Nenhuma das alternativas acima.

24) NÃO consiste pena restritiva de direitos expressamente prevista no Código Penal:

a) Prestação pecuniária.

b) Perda de bens e valores.

- c) Limitação de fim de semana.
- d) Comparecimento mensal em juízo.
- e) Prestação de serviços à comunidade.

25) Quanto à inimputabilidade, marque a opção incorreta:

- a) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- d) A emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal.
- e) A embriaguez culposa exclui a imputabilidade penal.

26) No caso de concurso material de crimes, o prazo prescricional pela pena em abstrato deverá:

- a) Ser estabelecido de acordo com a pena mínima de cada crime isoladamente.
- b) Ser estabelecido de acordo com o somatório das penas mínimas dos crimes.
- c) Ser estabelecido de acordo com o somatório das penas máximas dos crimes.
- d) Ser estabelecido de acordo com a pena mínima do crime mais grave.
- e) Ser estabelecido de acordo com a pena máxima de cada crime isoladamente.

27) Sobre a prescrição virtual ou em perspectiva da pretensão punitiva, o entendimento jurisprudencial do STJ é no sentido da:

- a) Da impossibilidade de aplicação, sob o fundamento de ausência de previsão legal.
- b) Da aplicação apenas quando a prescrição em abstrato estiver próxima de ocorrer.
- c) Da aplicação apenas quando o réu possuir mais de 70 anos.
- d) Da aplicação apenas quando o Ministério Público manifestar-se favoravelmente.
- e) Da possibilidade de aplicação sem restrição, considerando o “in dubio pro reu”.

28) Marque a alternativa correta:

a) Apesar de ser praxe, a motivação do ato de indiciamento pelo Delegado não está prevista em lei.

b) O prazo para conclusão do inquérito policial na justiça federal será de quinze dias, quando o indiciado estiver preso, podendo ser prorrogado por mais quinze dias, a pedido, devidamente fundamentado, da autoridade policial e deferido pelo Juiz a que competir o conhecimento do processo.

c) O indiciamento de pessoa com prerrogativa de foro, no entendimento jurisprudencial superior, não exige prévio pedido ao juízo onde tramita o Inquérito Policial.

d) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o Delegado de Polícia poderão requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

e) Segundo a doutrina, “delatio criminis” é a ciência da autoridade policial da ocorrência de algum crime, sendo, portanto, sinônimo de “notícia criminis”.

29) Marque a alternativa correta:

a) O não oferecimento imediato de denúncia em relação a um dos investigados redundará no arquivamento implícito, considerando os princípios da obrigatoriedade e da indivisibilidade da ação penal pública incondicionada.

b) A manifestação de vontade para ação penal pública por representação do ofendido deve ser expressa em documento próprio/específico, por ser uma condição específica de procedibilidade.

c) Acórdão que dá provimento a recurso contra rejeição da denúncia deve determinar o retorno dos autos à origem para que o juízo de primeiro grau realize nova análise quanto ao recebimento da denúncia, sob pena de supressão de instância.

d) O prazo de decadência de seis meses, considerando ser causa de extinção da punibilidade, deve ser contado incluindo-se no cômputo do prazo o “dies a quo”.

e) Os prazos para o exercício do direito de queixa ou representação correm em conjunto para o ofendido e seu representante legal.

30) Em determinada ação penal, na fase de instrução, o réu foi intimado pessoalmente para seu interrogatório. No dia da audiência, não comparece e não apresenta qualquer justificativa, requerendo o seu advogado, por petição, nova data para o interrogatório. Considerando aquiescência do Ministério Público dada no dia da audiência em que o réu faltou, o juízo concede o pedido da defesa e marca nova data para o interrogatório. Na nova oportunidade, mais uma vez o réu, apesar de devidamente intimado, não comparece e não apresenta justificativa. Nessa situação:

a) Entende a jurisprudência que deve ser dada nova oportunidade ao réu, sem necessidade de condução coercitiva.

b) Entende a jurisprudência que deve ser dada nova oportunidade ao réu, devendo ser determinada condução coercitiva do réu, resguardando-se, outrossim, a possibilidade de ficar em silêncio no seu interrogatório.

c) Seria possível reconhecer o desinteresse do réu em ser interrogatório, seguindo-se à fase seguinte do processo.

d) Entende a jurisprudência que deve ser dada nova oportunidade ao réu, sem necessidade de condução coercitiva, mas ordenando-se o pagamento das custas correspondentes pela defesa.

e) Como o interrogatório é prova obrigatória, deve ser assegurada a possibilidade de o réu prestar esclarecimentos por escrito, suprindo-se a prova oral no ponto.

31) MALETA foi denunciado pelo MP. Regularmente citado por edital, não comparece e nem constitui advogado. Neste caso:

a) Deverá ser decretada a revelia do réu.

b) Ficará suspenso o processo, mas correrá o prazo prescricional.

c) Ficará suspenso o processo e o curso do prazo prescricional, este último enquanto não localizado o réu.

d) Ficará suspenso o prazo prescricional, mas o processo poderá correr a revelia do réu.

e) Ficará suspenso o processo e o curso do prazo prescricional, sendo que o prazo de suspensão da prescrição será regulado pelo máximo da pena cominada.

32) A suspensão condicional do processo nos casos de crimes de menor potencial ofensivo é possível, em tese, para:

a) Os crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela lei 9.099/95.

b) Os crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a dois anos, abrangidas ou não pela lei 9.099/95.

c) Os crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, desde que abrangidos pela lei 9.099/95.

d) Os crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a dois anos, desde que abrangidos pela lei 9.099/95.

e) Os crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a três anos, abrangidos ou não pela lei 9.099/95.

33) O Ministério Público denunciou MALETA pelo crime “A”. Os fatos narrados pela acusação foram corroborados na instrução. Entretanto, no momento de proferir o julgamento, o Juiz entende, diferentemente do Ministério Público, que MALETA teria cometido, na verdade, o crime “B”. Nesta situação:

a) Seria caso de absolvição de maleta quanto ao crime “A”, não podendo o juiz adentrar no mérito de suposto crime “B”.

b) Considerando que os fatos já estariam narrados na inicial, não havendo acréscimo de fato novo na instrução, poderia o juiz condenar MALETA nas penas do crime “B”.

c) Seria caso de abrir vista ao MP para que a denúncia fosse aditada, acrescentando-se a qualificação do tipo penal relativa ao crime “B”. Após tal providência, assegurando-se o contraditório, poderia o julgador proferir sentença.

d) Considerando a divergência quanto à capitulação jurídica, deveria o magistrado realizar a remessa ao Procurador Geral de Justiça para que este designasse novo membro do Ministério Público para aditamento da denúncia.

e) A ação penal deveria ser extinta sem resolução de mérito, nada impedindo que o MP ajuizasse nova ação penal com a capitulação correta.

34) Em regra, o período de carência para o benefício de aposentadoria por invalidez é de:

a) Seis contribuições mensais.

b) Doze contribuições mensais.

c) Dezoito contribuições mensais.

d) Vinte e quatro contribuições mensais.

e) Trinta e seis contribuições mensais.

35) Indepe de carência o benefício de:

a) Auxílio-doença.

b) Aposentadoria por tempo de contribuição.

c) Aposentadoria por idade.

d) Aposentadoria especial.

e) Salário maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

36) No cálculo do salário-de-benefício pode haver ou não a incidência do chamado fator previdenciário, a depender da prestação. Marque a alternativa que traz benefício onde se aplica o fator previdenciário:

a) Aposentadoria por invalidez.

b) Aposentadoria especial.

c) Aposentadoria por idade.

d) Auxílio-doença.

e) Auxílio-acidente.

37) Quanto ao segurado especial, considerando os termos da lei, marque a alternativa correta:

a) Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

b) Descaracteriza a condição de segurado especial a exploração de atividade turística da propriedade rural.

c) O fato de o marido ser segurado empregado urbano há mais de ano, recebendo valor superior ao mínimo, não pode servir para afastar a condição de segurado especial da mulher no período.

d) Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência não necessita ser no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima.

e) Os requisitos etários para aposentadoria por idade rural aos homens e mulheres são, respectivamente, 65 e 60 anos de idade.

38) JOÃO, quando completou 65 anos, já estava há 10 anos de gozo de auxílio-doença, sendo que sua qualidade de segurado é de empregado. Em tal ocasião, requereu aposentadoria, alegando ter preenchido a carência para aposentadoria por idade. Nesse contexto, considerando entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência:

a) Como preenchida a carência, somando-se o tempo de auxílio-doença, deveria ser deferido o benefício de aposentadoria por idade.

b) O processo deveria ser extinto sem resolução de mérito, considerando ausência de interesse no caso.

c) O período de auxílio-doença deveria ser aproveitado no caso de o vínculo anterior estar ativo na época de concessão do benefício por incapacidade, vale dizer, não deveria JOÃO estar no chamado período de graça. Nestas condições, como preenchida a carência, deveria ser deferido o benefício de aposentadoria por idade.

d) O tempo de gozo de auxílio-doença só pode ser computado como tempo de contribuição ou para fins de carência quando intercalado entre períodos nos quais houve recolhimento de contribuições para a previdência social. Por tal razão, não seria caso de concessão de aposentadoria por idade.

e) Não poderia ser julgado procedente o pedido, pois períodos de auxílio doença não podem servir de carência para aposentadoria por idade.

39) MARIA ajuizou, no ano de 2018, ação pretendendo aposentadoria por invalidez. Alega que o INSS concedeu equivocadamente benefício assistencial, ao invés de benefício previdenciário. Alega que tentou administrativamente em 2012 a conversão em aposentadoria por invalidez, mas foi negado o pedido. Junto com a inicial consta: certidão de casamento demonstrando a qualificação como lavradora; proprietária de pequena propriedade rural; certidão eleitoral; recebimento de salários maternidade na condição de segurada especial; extrato do CNIS demonstrando ausência de vínculos. Prova oral produzida foi satisfatória. O INSS, em audiência, apesar de convencido da condição de segurada especial da autora ainda à época da concessão do assistencial, pediu o reconhecimento da decadência, uma vez que este benefício teria sido concedido ainda em 2001. Nesta situação, marque a alternativa correta:

a) Na esteira de precedentes da TNU, deveria ser reconhecida a decadência, pois o lapso temporal referência, correspondente ao período entre a concessão do assistencial e o pedido de revisão administrativo, teria decorrido mais de 10 anos.

b) Na esteira de precedentes da TNU, deveria ser reconhecida a decadência, pois o lapso temporal referência, correspondente ao período entre a concessão do assistencial e o pedido judicial, teria decorrido mais de 10 anos.

c) Não há que se falar em decadência no caso, devendo ser julgado procedente o pedido de conversão em aposentadoria por invalidez, pagando-se as parcelas anteriores ao quinquênio prescricional, bem assim abatendo-se os valores recebidos a título de benefício assistencial no referido período.

d) O prazo decadencial não havia sido alcançado, pois os termos aplicáveis são o pedido de revisão administrativa e o ajuizamento da ação.

e) Seria caso de reconhecer a prescrição do fundo do direito, mas não a prescrição, não havendo, ao final, direito à diferenças pela autora.

40) Sobre a correção monetária das parcelas relativas a benefício previdenciário reconhecido judicialmente (fase de conhecimento), decidiu o STF:

a) Ser inaplicável a TR (Taxa Referencial), sendo caso de aplicação do IPCA-E.

b) Ser aplicável a TR, desde que não cumulada com juros.

c) Ser aplicável a TR, desde que não cumulada com outro índice de correção monetária.

d) Ser aplicável a TR, mas apenas até a decisão tomada pelo STF.

e) Ser aplicável a TR, mesmo que a correção seja inferior ao IPCA-E.



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS/MA

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS/2018

CURSO DE DIREITO

GABARITO

01) D	11) A	21) B	31) E
02) D	12) D	22) C	32) A
03) A	13) E	23) C	33) B
04) B	14) A	24) D	34) B
05) E	15) B	25) E	35) E
06) C	16) C	26) E	36) C
07) E	17) E	27) A	37) A
08) B	18) A	28) B	38) D
09) B	19) D	29) D	39) C
10) C	20) B	30) C	40) A